

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE TRABALHO EM PSICOTERAPIA REALIZADO COM HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE PELOTAS/RS.

DUILIA SEDRÉS CARVALHO LEMOS¹; GISELE SCOBERNATTI²; CÍNTIA ALVES CHAGAS DA CUNHA³; DANIELE BERNARDI DA SILVA⁴; MICHELE MANDAGARÁ DE OLIVEIRA⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – duilia.carvalho@gmail.com

²Núcleo de Atenção a Criança e ao Adolescente – gscober@terra.com.br

³Núcleo de Atenção a Criança e ao Adolescente - cintiamortoza@hotmail.com

⁴Núcleo de Atenção a Criança e ao Adolescente - caca_0.0@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas– mandagara@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

No que se refere a violência perpetrada por homens contra as mulheres, no Brasil, após promulgada/ a Lei 11.340 de 2006 (BRASIL, 2006), batizada de Lei Maria da Penha (LMP), esse espectro da violência passou a ser amplamente discutido em vários contextos e por vários atores que, de forma geral, exprimem as mais variadas opiniões.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha vários pontos foram implementados em torno do fenômeno da violência agora mais chamada de violência doméstica, e nesse cenário são institucionalizados os grupos para homens autores de violência que passam a serem encaminhados por serviços da rede de Justiça (PRATES, ANDRADE, 2013).

Esse estudo trata de um relato de experiência do trabalho realizado com homens autores de violência contra as mulheres na cidade de Pelotas/RS. Além de descrever as intervenções realizadas apresentamos uma discussão reflexiva sobre a temática de homens em psicoterapia.

2. METODOLOGIA

O grupo de psicoterapia de homens iniciado no ano de 2016 surgiu a partir do projeto denominado “Violência por parceiros íntimos: histórias que a gente precisa saber” que nasceu na cidade Pelotas no Rio Grande do Sul. Os homens foram encaminhados ao NACA – Núcleo de Atenção a Criança e ao Adolescente que foi o órgão de onde originou-se o projeto citado acima. Os encaminhamentos deram-se a partir do Centro de Referência em Atendimento à Mulher Vítima de violência e pelo Juizado Especializado em Violência Doméstica. Posteriormente a Vara de Execuções Criminais passou de igual forma a encaminhar homens para atendimento.

Passado o momento de acolhimento realizado pela equipe de psicologia e serviço social os homens foram direcionados aos grupos, conforme avaliação da equipe. Os grupos aconteceram em duas modalidades: psicoterapia e reflexivo, ambos com a coordenação de duas psicólogas.

Aos homens com capacidade de insight e consciência mínima acerca das suas condutas violentas foi realizado o encaminhamento ao grupo de psicoterapia, do tipo aberto e sem data prevista para o término. A definição da inserção nesta modalidade se deu pela avaliação dos profissionais que realizaram o acolhimento (assistente social e psicóloga) e posterior discussão em equipe técnica.

Nesse trabalho os objetivos foram: promover melhor autoconhecimento, buscar junto aos participantes melhor qualidade nas relações, vislumbrar projetos de vida, repensar os papéis sociais que os mesmos desempenham.

As técnicas utilizadas foram: discussões a partir de filmes e propagandas, leituras de textos e manchetes com temas que abrangessem gênero e papéis. Os primeiros encontros tiveram como objetivo divisão de histórias de vida e dificuldades na resolução de conflitos. Posteriormente foi possível a partir de técnicas lúdicas pensar em outras maneiras para vivenciar situações tensas e formas de comunicação mais eficazes.

Os integrantes do grupo auxiliaram-se mutuamente com o debate de assuntos que apareciam na mídia (novelas, filmes) e que retratavam relações violentas. Ainda se ressalta o crescimento do grupo à medida que os participantes sentiram o espaço como local de escuta e confiança.

Com o amadurecimento do grupo foi possível ainda trabalhar intervenções que objetivaram pensar dificuldades já cristalizadas, tais como, medos, anseios e angústias que os participantes vivenciaram ao longo de suas trajetórias de vida e que interferiam diretamente nas tomadas de decisões dos mesmos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns pontos merecem reflexão acerca das dificuldades do atendimento em psicoterapia para homens. Inicialmente destacamos a premissa de que é atribuído ao masculino força e distância de qualquer tratamento em saúde, aos atendimentos psicológicos são relacionados apenas para “loucos”.

Muitos homens, no discurso inicial, traziam a dificuldade em explicar que estavam indo na “psicóloga” o que Narvaz (2010) destaca como normas para a constituição dos sujeitos, sustentando determinados modos de dominação, aonde apresenta-se inclusive a dificuldade de se perceber-se necessitando de auxílio, por auxílio ser relacionado a “fraqueza”.

Outro ponto a ser observado é a dificuldade em acessar/localizar os homens, esse entrave aparece quando procuramos um homem que passou a se ausentar do grupo e na busca por localizá-lo nos confrontamos com a realidade de que até o momento do protocolo referente a prevenção do câncer de próstata muitos homens são “invisíveis” aos “sistemas” tanto sociais quanto de saúde.

Temos lido e discutido de forma exacerbada sobre igualdade de gênero, mas essa igualdade precisa fazer parte das políticas públicas de forma integral e não apenas no seu aspecto repressor onde as “vítimas” são ensinadas a se defender e os “agressores” a serem punidos (DE OLIVEIRA, 2017).

Os homens na sua maioria não possuem cadastros nas Escolas ou Unidades Básicas de Saúde, não são os participantes dos grupos sociais propostos pelo Centro de Referência em Assistência Social. Existe uma ideia inicial de que o homem precisa estar produzindo e longe dos tratamentos de saúde. Esse processo representa o que Mistura (2015) explica como na homogeneização das diferenças, a especificidade dos sujeitos é descontextualizada. No grupo de psicoterapia foi possível observar o que destaca-se acima, alguns participantes não se sentiam contemplados por ideias generalizadas sobre “comportamentos masculinos” o que por vezes gerava sofrimento.

Para De Oliveira (2017) os homens do imaginário popular brasileiro precisam ficar muito longe de tudo que denote fraqueza, medo ou “moleza”. E na prática do grupo foi possível observar a dificuldade dos participantes em expor

susas dores, em alguns momentos chorar foi a maior conquista que o sujeito conseguiu alcançar.

Observamos além destes a dificuldade dos participantes em pensar nos papéis que desenvolvem e no modo como esses papéis foram construídos, nas dinâmicas de grupo apresenta-se de forma clara as recusas a reflexão e revisão de posicionamentos como se esses comportamentos fossem “negativos” ou colocasse em xeque sua “masculinidade”.

Sobre masculinidade Connell e Messerschmidt (2013) tratam as masculinidades hegemônicas como construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Em nosso imaginário pensar homens em psicoterapia inicialmente causa estranheza pela construção social prévia do que é ser homem e de quais os objetivos existem em participar de psicoterapia. Como resultados positivos destacamos: a aderência dos homens ao processo – superada a fase inicial de recusas – a facilidade de construção de vínculo com os outros participantes do grupo – o auxílio que localizam no espaço como lugar de escuta e de acolhida e a busca por qualificar os papéis já desempenhados.

4. CONCLUSÕES

Com esse relato de experiência visamos à realização de novas reflexões para pensar o papel do homem nas Políticas de Saúde e também na participação da vida social de sua família. Tratar a integralidade de saúde conforme o conceito da Organização Mundial de Saúde aonde saúde é “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez”.

Deste modo atender a saúde do homem apenas objetivando prevenir doença parece ser superficial e não atender a promoção de saúde que inclui as esferas física e psíquica.

Consideramos primordial o aumento de estudos com relação ao atendimento a homens em psicoterapia objetivando a quebra dos preconceitos citados no decorrer da reflexão.

Enquanto profissional considero que a experiência de atendimento aos homens autores de violência possibilita a quebra de paradigmas e faz refletir sobre o papel que exercemos diariamente. Considero ainda que seria de grande valia mais espaços de “saúde” a serem ocupados por homens o que, para mim, gerará relações mais saudáveis em várias esferas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Planalto. Disponível em: Acesso em 18 de Julho de 2018.<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.

CONNELL, R. W. MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: masculinidade hegemônica: masculinidade hegemônica: repensando o conceito.

Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013

MISTURA, T. F. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes.** 2015 Dissertação – Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo. disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-17092015-090601/pt-br.php>

DE OLIVEIRA, A. M. NÃO SE NASCE HOMEM, NEM NECESSARIAMENTE SE TORNA: Aproximação etnográfica a grupos de homens igual. **Revista Campo do Saber**, São Paulo, v. 3, n. 2, 2018.

NARVAZ, M. G. Gênero: para além da diferença sexual – Revisão da literatura. **Aletheia**, Canoas, 32, maio/ago.2010.

PRATES, P. & A., L.. Grupos Reflexivos Como Medida Judicial para Homens Autores de Violência Contra Mulher: O Contexto Sócio- Histórico. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X